



ECONOMIA

Revolução Pix: colaboração entre Banco Central e mercado financeiro foi crucial para pensar, criar e implementar Pix no Brasil

Parte do sucesso do Pix tem suas bases no alinhamento entre os objetivos do Banco Central e os interesses dos principais players financeiros do país

**JACQUELINE LAFLOUFA**

28.JUN.2022 15:00

ATUALIZADO EM 18:09

[Read in english](#)**A**

capacidade de transferir recursos de uma conta para outra em tempo real tem sido discutida globalmente já há alguns anos. Tanto que o **Pix** não é a primeira modalidade do tipo.

com o Faster Payments; na Suécia, com o Payments in Real Time; em Cingapura, com o FAST; no **México**, com o CoDi; na área do Euro, com o TIPS; e na Índia, com o UPI.

O pioneirismo, contudo, não garante o sucesso da adoção dos sistemas, como aconteceu com o CoDi, primeiro pagamento instantâneo da **América Latina**, que tem patinado na adoção entre os mexicanos. Isso porque, ao contrário do **Pix**, **o CoDi não foi concebido para o ambiente digital, o que o fez sofrer de maneira mais intensa durante a pandemia**, que chegou no ano seguinte ao da sua criação.

Enquanto cada país discutia e implementava seus formatos de **pagamentos** instantâneos, o **Brasil** já analisava a viabilidade de fazer algo semelhante por aqui. “Já tínhamos o formato da TED/DOC, que permitia liquidações quase instantâneas, mas havia algumas limitações, como os horários e dias da semana em que poderiam acontecer transferências, o que impedia a instantaneidade”, explicou Willer Marcondes, sócio e especialista em finanças da PwC. Concluiu-se que, por conta de questões de infraestrutura, não seria possível converter a TED ou a DOC em opções instantâneas, o que levou à necessidade de pensar na criação de um novo formato.

LEIA TAMBÉM: Revolução Pix: como o método de pagamento instantâneo criado no Brasil colocou o país na vanguarda da indústria global de pagamentos

E nesse sentido, o Banco Central (BC) do **Brasil** se colocou de forma bastante proativa, fazendo estudos e análises para melhor entender o cenário financeiro do país, indicar potenciais caminhos de futuro e como eles poderiam ou deveriam ser alcançados. Dessa forma, movimentos que permitiram a chegada do **Pix** em 2020 podem ser

subsequentes, uma série de relatórios e diretivas indicavam que uma das saídas seria aumentar a competitividade do setor de **pagamentos**.

A agenda instituída pelo BC a partir dessas reflexões funcionou como uma espécie de planejamento estratégico para estimular a economia, reduzir as taxas de juros, trazer mais atratividade e fazer com que a sociedade se tornasse menos dependente do dinheiro físico e mais conectado com o dinheiro eletrônico, explicou Ricardo Pandur, gerente sênior de estratégias e negócios da Accenture. Uma das primeiras medidas tomadas pelo BC foi abrir o mercado de adquirentes, que estava concentrado em duas principais redes de pagamento, a Rede e a Cielo. O objetivo era evoluir os meios de pagamento do país de maneira a limitar as taxas para transações de crédito e débito e melhorar a competitividade das maquininhas de pagamento. O efeito foi sentido relativamente rápido, com a chegada de novas maquininhas de pagamento a partir de meados dos anos 2010.

Em 2013, cerca de sete anos antes do **Pix** ser oficialmente lançado, a Lei 12.865 estabeleceu novas regulamentações para as instituições de pagamento, e alguns anos mais tarde foram estabelecidas regulações que criaram a oportunidade de tornar as startups de finanças (fintechs) mais regularizadas no país, permitindo que elas funcionassem como Sociedades de Crédito Direto ou Sociedades de Empréstimo entre Pessoas. Ou seja, a partir do meio da década de 2010 o **Brasil** já estava no rumo para desenvolver um sistema financeiro mais aberto, capaz de abraçar a tecnologia, com maior competitividade e mais opções para os consumidores. Essas novas diretrizes apontavam para oportunidades mais claras e mais seguras para novos players do sistema financeiro e de **pagamentos** do **Brasil**, o que permitiu que o país experimentasse mais inovação financeira.

“O BC assumiu um novo papel. Além de regulador e fiscalizador, passou a atuar agora como operador, o que destravou pontos de consenso da indústria ao se colocar como esse terceiro que iria executar [parte do processo]”, contextualiza Marcondes, indicando que a agenda imposta pelo BC foi bastante realista, mas ao mesmo tempo desafiadora, para fazer o **Pix** dar certo. “Hoje temos um modelo em adesão proporcional à população que é o mais bem desenvolvido do mundo”, avalia Marcondes.

A história do Pix começou antes mesmo dele ganhar esse nome

O Banco Central do Brasil tem discutido já há algum tempo como evoluir e melhorar o sistema financeiro do país. Mesmo antes do Pix ganhar esse nome, especialistas entrevistados pelo LABS concordam que existiu uma forte proatividade do BC em criar um formato de pagamentos instantâneos que pudesse atender às necessidades do país e promover maior inclusão financeira aos cidadãos.

Confira na linha do tempo abaixo alguns dos principais momentos do sistema financeiro brasileiro que permitiram que o Pix fosse lançado e se transformasse no sucesso atual.



2002

Início do projeto de modernização de pagamentos no varejo.

2006

Diretiva do BC sobre a indústria de cartões.

2010

Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamentos e início de agenda de políticas públicas para incentivar inovação e competitividade no setor de pagamentos, abrindo o mercado de pagamentos para além das bandeiras e dos adquirentes.

2013

Lei 12.865 - Regulação inicial com arranjos e instituições de pagamentos, que funciona como marco legal do setor de pagamentos e cria um tipo de licença mais simples para estimular o setor de fintechs.

2016

Sistematização da agenda regulatória sob o guarda-chuva da Agenda BC+ (hoje BC#).

2018

São definidas as regras para que fintechs possa operar como Sociedades de Crédito Direto (SCD) ou Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP), com operações constando no Sistema de Informações de Créditos (SCR).

2018

A partir de maio, o Grupo de Trabalho sobre Pagamentos Instantâneos, onde o surgimento do Pix foi delineado em conjunto com agentes de mercado, começa a se reunir. Hoje, é conhecido como Fórum Pix.

2019

Comunicado do BC sobre Open Banking.

2020

Pix é anunciado oficialmente no início do ano e entra em operação no mês de novembro.

2021

Novas formas de iniciação de pagamentos (QR Code do Pagador), Pix Saque, Pix Troco, Bloqueio Cautelar e Mecanismo Especial de Devolução.

2022 em diante

Pix Cobrança, Débito Automático no Pix, Pix Garantido, Pix Internacional, API de pagamento, Novas formas de iniciação (por aproximação, bluetooth, reconhecimento facial, entre outros).

Fonte: Banco Central, PwC, Zetta, Roland Berger, Accenture

O diferencial que levou ao avanço da construção do **Pix**, segundo os especialistas entrevistados pelo LABS, tem a ver com a forma como ele foi pensado, criado e implementado no **Brasil**, a partir de uma série de reflexões, discussões e acordos entre os principais stakeholders do mercado financeiro no país. “Desde o início da sua construção, o **Pix** contou com a colaboração de todo o mercado

especificação técnica e do arcabouço regulatório que forma o arranjo”, detalha Rafaela Nogueira, economista-chefe da Zetta, que considera essa participação ativa do setor e a abertura do BC para ouvir as sugestões e demandas do mercado um marco de destaque na história do **Pix**.

Adotando uma posição de líder e facilitador mais do que apenas um mero regulador, o BC coordenou a tomada de uma série de decisões incrementais ao longo das últimas décadas que foram abrindo o espaço necessário para trazer mais inovação para o setor. Ao co-criar as regulações com os principais players do mercado, o que o BC parece ter conseguido, no final das contas, foi encontrar um alinhamento que funcionasse da melhor forma possível para atender às principais premissas de uma agenda de inclusão financeira e incentivo à economia regional.

LEIA TAMBÉM: “Instantâneo” será a palavra de ordem do e-commerce na América Latina na próxima década

“Criar novos modelos propicia a entrada de novos atores, que ampliam a atuação de diversas instituições em novos nichos que antes eram atendidos unicamente por instituições financeiras ou que eram parte do sistema financeiro. Hoje, em certo sentido, há menos necessidade de intermediários financeiros do que antes. O que estava freando ou poderia frear a atuação destes novos atores era justamente a regulação, o que evidencia a importância da atitude proativa do BC”, avalia Lauro Gonzalez, pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV), que entende que a convergência entre as inovações tecnológicas, a indústria de serviços financeiros e o Banco Central como um regulador permitiu que o cenário fosse redesenhado. “As coisas não aconteceram com a mesma velocidade

o uso das novas tecnologias”, conclui Gonzalez.

Na análise de Pandur, que tem acompanhado o desenvolvimento de **pagamentos** instantâneos em outros países, a atuação protagonista do Banco Central teve efeito positivo especialmente na decisão de como o processo seria implementado. Um dos destaques do framework, segundo o relatório Beyond Borders, da **EBANX**, foi a decisão de incluir o uso do QR Code, funcionalidade comum em aparelhos celulares, de modo a incentivar a interoperabilidade com outros sistemas. “O QR Code permite que vários players do mercado, como varejistas, bancos, instituições de **pagamentos** e pessoas físicas se integrem facilmente ao pagamento em tempo real, num padrão de operação e segurança único”, detalha o relatório.

Ao trazer para si decisões como essa, ou até a definição de quantas chaves **Pix** seriam de uso exclusivo, o BC conseguiu gerar maior celeridade nos processos que delinearão as formas de funcionamento do **Pix**. “Se isso ficasse para a autorregulação do mercado, poderia ter levado mais tempo”, pondera Pandur, que acredita que a liderança do BC na definição de formatos, regras e até modelos de APIs foi essencial para o avanço do projeto. “Conseguir cumprir o cronograma em novembro de 2020, em meio a uma pandemia, em um momento cheio de incertezas, foi uma decisão acertada, porque se não talvez o **Pix** não fosse implementado”, avalia o executivo.

LEIA TAMBÉM: Yape quer liderar revolução dos pagamentos instantâneos no Peru

A proatividade, contudo, não aconteceu apenas por vontade do próprio BC, mas como um reflexo do contexto que apontava para oportunidades diversificadas no horizonte do mercado financeiro,

ficou mais fácil para o BC encampar certos tipos de regulamentação, como estabelecer a participação obrigatória no **Pix** de instituições com mais de 500 mil contas ativas. “As novas oportunidades de mercado certamente facilitaram a atitude e a postura do BC, na medida em que ele é bastante orientado para soluções de mercado, e este passou a se diversificar e a apoiar a agenda de maior proatividade do BC”, aponta o professor da FGV.

O benefício desse equilíbrio de interesses, na visão de Nogueira, fica evidente nos números percebidos após um ano de existência do **Pix**, que conta hoje com maior equidade dos players nas operações bancárias instantâneas. “Em número de transações, as fintechs detêm 34% das operações por **Pix**, enquanto no cartão de crédito esse índice é de 29%”, informa a economista-chefe da Zetta.

O único cuidado que deve ser mantido, segundo Pandur, é garantir que o BC não se torne um competidor das empresas que regula. “O **Pix** é uma infraestrutura, do ponto de vista do regulador, e as empresas têm que colocar as regras em prática para fazer suas propostas de valor”, decreta.

Da mesma forma que o alinhamento e co-criação com os principais players financeiros do **Brasil** fez com que o **Pix** pudesse se tornar o sucesso que é hoje, a mesma toada parece se manter para lidar com os desafios do **Pix** daqui por diante, com a superação de desafios relacionados à segurança e a implementação de novas “modalidades” do **Pix**, como o **Pix** Garantido e até um potencial **Pix** Internacional.

*

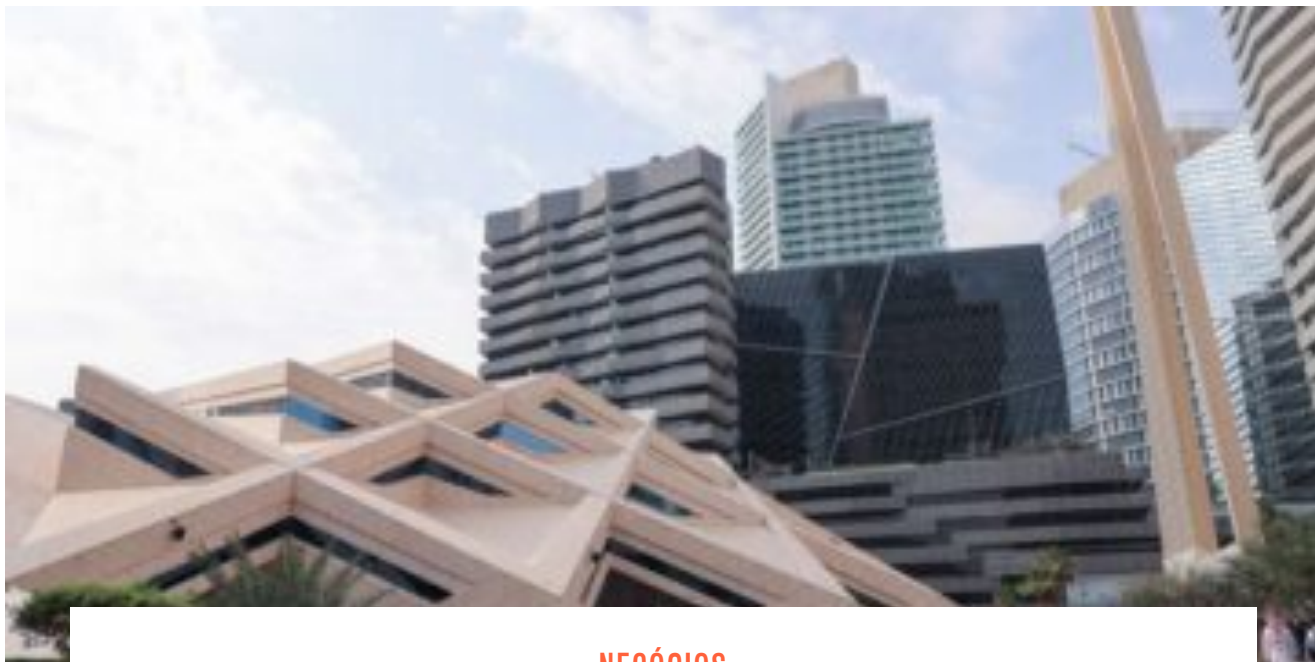
Essa é a segunda matéria de uma série especial sobre a Revolução do Pix. [Clique aqui para ler a primeira parte](#), que abordou o caráter de

KEYWORDS

América Latina, Brasil, EBANX, Fintech, México, Pagamentos, PIX, Startup



JACQUELINE LAFLOUFA • Jornalista, roteirista de conteúdo não-ficção e apresentadora do podcast Guia Prático. Especialista em jornalismo científico e comunicação digital, também é pesquisadora no mestrado do Labjor/Unicamp.



NEGÓCIOS

Fundo soberano saudita tem presença ampla em VCs dos EUA, revelam documentos





NEGÓCIOS

Dogecoin dispara após Twitter adicionar logotipo da criptomoeda na rede social

RELACIONADAS

Revolução Pix: após superar obstáculos como as tentativas de fraude, a chegada do Pix Garantido pode criar cenário de crédito mais inclusivo

Revolução Pix: colaboração entre Banco Central e mercado financeiro foi crucial para pensar, criar e implementar Pix no Brasil

Revolução Pix: como o método de pagamento instantâneo criado no Brasil colocou o país na vanguarda da indústria global de pagamentos

Piora do cenário econômico pode induzir consolidação em fintechs no Brasil, diz Fitch

Zippi atrai Tiger Global com solução de crédito via PIX para microempreendedor

Beyond Borders Brasil

AMÉRICA LATINA DÁ AS BOAS-VINDAS À ERA
INSTANTÂNEA

TEMAS

Negócios

AMÉRICA LATINA, UM MERCADO CHEIO DE
OPORTUNIDADES

Tecnologia

DA ANÁLISE DE DADOS ÀS ÚLTIMAS NOTÍCIAS

TÓPICOS

E-commerce

Pagamentos

Varejo

O Latin America Business Stories – LABS é um site trilingue de notícias (inglês, português e espanhol) com foco em economia, negócios, tecnologia e grandes tendências de comportamento da região. Foi criado pelo EBANX, fintech global que oferece soluções de pagamento para empresas globais.

Powered by **EBANX**[Política de privacidade](#)

NEGÓCIOS

SOBRE

ECONOMIA

EXPEDIENTE

ECOMMERCE

FALE CONOSCO

MARKETING



EN | PT-BR | ES

O conteúdo publicado no LABS é meramente informativo. O Grupo EBANX não fornece consultoria comercial nem é responsável por medidas que possam ser adotadas por terceiros devido ao uso do conteúdo publicado. O conteúdo gerado por terceiros no LABS não representa a opinião do Grupo EBANX, cuja responsabilidade é do autor da mensagem.